

## DA INFORMALIDADE À EMPREGABILIDADE (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)

Luiz Antonio Machado da Silva\*

**RESUMO:** O texto discute os limites do conceito de informalidade à luz do seu desenvolvimento na atualidade brasileira. Retoma a história das diferentes noções desde as suas origens até o momento atual, tendo por objetivo confrontar a ambigüidade dos conceitos frente às realidades de cada momento. A tese principal é a de que, nas últimas décadas, em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, terciarização, globalização, etc., ocorre um esvaziamento de conteúdo da informalidade, que perde força analítica e se transforma numa denominação de uso trivial ou “universal” para indicar processos mais gerais como a flexibilização ou a desregulamentação. Torna-se, assim, um conceito esgotado e que está sendo substituído por outro: empregabilidade/empreendedorismo, como um novo modo de exploração capitalista e de dominação no mundo do trabalho, que busca reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho, informalidade, empregabilidade, empreendedorismo.

Este texto tem por objetivo apresentar as dificuldades implicadas na tentativa de se traçar um perfil da informalização no Brasil atual. Antecipando a conclusão, um pequeno levantamento da literatura recente sobre o tema e a retomada da história da noção de informalidade indicaram que minha intenção original – combinar uma discussão da ambigüidade que essa noção carrega desde sua origem, com a apresentação do crescimento no país do fenômeno que ela pretende descrever – se constituía numa tarefa inviável ou irrelevante, ou ambas as coisas. É justamente isso que as páginas que se seguem tentarão explicar e interpretar.

Meu argumento básico é o seguinte. Desde mais ou menos o fim dos anos 1960,<sup>1</sup> quando surge a noção de informalidade, até o iní-

---

\* Professor e pesquisador do IUPERJ/UCAM e IFCS/UFRJ.

<sup>1</sup> É desnecessário lembrar que a noção de informalidade toma-se “canônica” e muito difundida a partir do estudo da OIT no Quênia em 1972 (OIT, 1972). Entretanto, Peattie

cio dos anos 1980, ela era uma categoria cognitiva em torno da qual se constituía um debate mais ou menos estruturado. Nas últimas décadas, entretanto, “informalidade” progressivamente se torna um mero termo do léxico sociológico, incorporado pelas camadas bem informadas, perdendo a capacidade que, durante um bom tempo, permitiu-lhe desempenhar aquele papel catalisador. De fato, creio que até o observador mais desatento perceberá que seu uso, ao mesmo tempo em que se universaliza, torna-se cada vez mais trivial e não provoca as acaloradas discussões do passado, apesar de ainda compor argumentos os mais diversos.<sup>2</sup> Assim, sua generalização, que confere ao termo a aparência de um significado unívoco e de domínio público, obscurece o fato de que esse uso indiscriminado descarna-o de substância analítica e força prática. É justamente por isso que se pode concluir pela inviabilidade de construir seu atual perfil (como dimensionar um vazio de significado?) e, ainda que tal esforço fosse possível, afirmar sua inutilidade.<sup>3</sup>

Por outro lado, minha hipótese é que acompanhar este esvaziamento se justifica, pois revela a perda do consenso – no plano dos valo-

---

(1987, p. 853), entre outros, atribui a criação a Keith Hart, que a gerou durante suas pesquisas em Gana (cfr. também Miras, 1991). Creio, porém, que a noção se desenvolve ao mesmo tempo na América Latina, e desde o início esteve, em ambos os continentes, ligada ao reconhecimento das restrições de capital no processo de mobilização produtiva do trabalho e suas conseqüências. Eu próprio, em longa pesquisa concluída no início de 1971, falava de “mercado formalizado” e “mercado não formalizado” com um sentido próximo ao produzido a partir dos estudos de países africanos (Machado da Silva, 1971).

<sup>2</sup> “... porque hoje a fórmula do *setor informal* (...) [é] de fato uma categoria cômoda e, portanto, corrente no vocabulário ordinário, mais ou menos sinônimo de pobreza urbana, de atividades de rua, de ausência de enquadramento regulamentar e de iniciativa econômica individualizada, de limites fluidos e contingentes” (Miras, 1991, p. 108, tradução minha).

<sup>3</sup> Paralelamente, em outro texto, estou tentando elaborar um modelo das mudanças nas chances de mercado dos trabalhadores (sua adaptação às condições da oferta) e sua relação com a desregulação jurídica e a “flexibilização” do uso da força de trabalho. Mas, agora, “informalidade” já não é mais uma referência capaz de articular a reflexão, podendo, no máximo, ser usada como um vago termo que descreve um agregado estatístico, como, por exemplo, “trabalhadores sem carteira assinada”.

res, no plano teórico e no plano do conflito político – em que se assentava a força analítica da noção de informalidade. Abre-se, assim, a porta para uma discussão mais ampla sobre as transformações na percepção social subjacente ao tratamento acadêmico da relação entre a estrutura do mercado de trabalho e a acumulação e, na direção oposta, do papel da produção sociológica na formação da percepção social. É claro que estarei apenas afluando essa análise da reprodução da ordem simbólica, mas penso que fornecer alguns elementos empíricos pode ser relevante.

Resta, então, da forma parcial e esquemática<sup>4</sup> que o espaço exige, contar a história desse rebaixamento de status cognitivo e levantar hipóteses sobre sua relação com as mudanças na conjuntura e as transformações no mundo real.

Um último comentário introdutório, para deixar claro o ponto de vista implícito na construção do argumento. Desde sua origem, “informal” tem sido uma noção orientada para discutir “o outro lado” da problemática, se não exatamente do emprego, ao menos da mobilização ativa do trabalho – ou seja, ela foi proposta para analisar as dificuldades e distorções da **incorporação** dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos onde o assalariamento era pouco generalizado. Em consequência, sempre tendeu a focalizar, prioritariamente, seus estratos mais desfavorecidos e a desenvolver, em torno deles, um debate sobre a natureza, as condições e os limites de sua integração econômica, lidos como **adaptação** desses grupos à estrutura social à qual pertencem, isto é, de seu papel (ou função, ou necessidade) na produção da riqueza. Em outras pa-

---

<sup>4</sup> O debate em torno da “informalidade” compôs um *corpus* mais ou menos definido da literatura sociológica, mas sua apreensão completa exigiria explorar as superposições entre esses trabalhos e aqueles sobre “marginalidade” e “populismo”. Essas três noções formavam um conjunto, correspondendo a tematizações particulares – respectivamente no eixo da economia, da sociedade e da política – do problema da integração social, tal como era socialmente construído naquele momento (Machado da Silva, 1983, 1993; cfr. também Quijano, 1966; Kovarick, 1975; Barbosa Filho, 1980, Weffort, 1978). Miras (1991, p. 110) sugere que a noção de informalidade *substitui* a de marginalidade mas, ao menos no Brasil, ambas foram, em grande medida, contemporâneas e se completavam.)

lavras: não é propriamente o trabalho que está em questão, mas grupos desfavorecidos (porém considerados numa trajetória ascendente, porque atrelados a uma estrutura econômica em expansão) de trabalhadores; nem é a transformação econômica que está diretamente em pauta, mas sim a forma e a velocidade da integração de certos contingentes de trabalhadores a ela. Por tudo isso, é natural que eu parta de uma perspectiva que enfatiza a atividade dos trabalhadores (e não o desemprego ou a exclusão) e suas chances de mercado (e não a oferta de postos de trabalho), a fim de acompanhar as continuidades e descontinuidades em relação a esse ponto de partida.

Existem certas noções – no caso presente, a de informalidade – que podem ser consideradas como “quase-conceitos”. Elas (a) permitem o acesso ao entendimento racional de fenômenos que o quadro de referência adotado (um sistema conceitual abstrato, estabelecido como generalidade) tende a desconhecer ou considerar como não-essenciais; (b) descrevem esses fenômenos como variações dos mesmos conteúdos conceituais, dos quais são alternativas; (c) retiram o caráter de imprevisibilidade ou excepcionalidade que os fenômenos descritos tinham antes de (a) e (b) acima, “naturalizando” ou banalizando a variação, isto é, incorporando-as ao quadro de referência original. Dito de uma forma ainda mais sucinta, o “quase-conceito” desempenha uma função de mediação que, de um lado, realiza a crítica interna (ou, como se verá, o simples ajustamento), motor da transformação de modelos conceituais formais, obrigando-os a incorporar novos fenômenos não como “acontecimentos” singulares – portanto descartáveis como excepcionais e/ou negadores do esquema teórico –, mas como “variações” típicas; e, de outro, fornece referências cognitivas mais ou menos estabilizadas (pela formalização conceitual), capazes de influir sobre a percepção orientada para as atividades práticas. É esse papel poroso, a meio caminho entre a percepção social típica de cada conjuntura e a reflexão conceitual mais abrangente e rigorosa, que pode explicar por que a noção de informalidade, empiricamente tão confusa e

analiticamente tão ambígua,<sup>5</sup> sobreviveu, com popularidade crescente, por mais de uma década.

Essas ambigüidades e a imprecisão conceptual têm sido muito criticadas, às vezes levando os comentadores a afirmar que a vigência da noção de informalidade se restringiu ao campo das políticas públicas (Peattie, 1987) e só foi forte no plano da ideologia, devido à sua capacidade de mascarar os conflitos e como “instrumento de legitimação do poder do Estado” (Miras, 1991, p.111). Porém, creio que, embora a crítica seja procedente, ambas as conclusões são exageradas, pois a noção teve peso *analítico* significativo. De fato, ela surgiu a partir de estudos acadêmicos (isto é, não dependeu inteiramente de objetivos de intervenção) e, durante muito tempo, fez parte do aparato *teórico* empregado em grande quantidade de pesquisas, muitas das quais sem qualquer relação com propostas de políticas públicas. Em minha opinião, sua força residiu justamente nesse caráter de mediação entre a reflexão acadêmica e a intervenção prática. Se esse movimento de mão dupla responde pela fragilidade conceptual da noção (o que considero inquestionável), ele também impede que ela seja jogada no terreno da pura ideologia. Isto, é claro, não deve obscurecer o reconhecimento do interesse que despertou nas agências internacionais de fomento, que muito contribuíram para sua divulgação – tema, aliás, afluído em inúmeros trabalhos críticos, mas pouco sistematizado.

A noção de informalidade surgiu na década de 60, a propósito dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes

---

<sup>5</sup> Pode-se ter uma idéia dessa confusão somando à citação de Miras (1991), incluída na nota 2, com o que diz L. Gallino, em trabalho sobre a Itália no início dos anos 1980: “... a difusão de atividades informais é simultaneamente: a) um resultado inescapável do desenvolvimento da economia capitalista avançada; b) uma escolha livre e criativa de inovação social; c) um conjunto de pequenas receitas de sobrevivência; d) um retorno a relações sociais pré-modernas com o suporte de modernas tecnologias” (L. Gallino *apud* Mingione, 1991:91, tradução minha). E, mais recentemente: “Mesmo sendo uma realidade imprecisa, com contornos incertos, suas [da informalidade] **manifestações intuitivas** podem ser vislumbradas nos dois hemisférios, nos países desenvolvidos do Norte ou nas nações subdesenvolvidas do Sul” (Malaguti, 2000, grifo meu)

contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido.<sup>6</sup> Nesse primeiro momento, formou-se uma polêmica intensa, contrapondo duas posições polares que, entretanto, compartilhavam certos pressupostos comuns.

De um lado, a “teoria da modernização” sublinhava que o baixo nível de capitalização dos países subdesenvolvidos desequilibrava a estrutura do emprego urbano. Essa era vista como uma situação transitória, caracterizando uma espécie de pré-incorporação ao trabalho assalariado dos contingentes migrantes, cujas atitudes e modos de vida ainda não eram adequados aos padrões moderno-industriais, mas também já não eram inteiramente tradicionais. Um pouco mais tarde, as dificuldades do processo de substituição de importações produziram uma versão menos otimista que, no entanto, utilizava o mesmo quadro de referência e se concentrava nos mesmos problemas. Tratava-se da “teoria da marginalidade”, que enfatizava as conseqüências, sobre a estratificação social, das dificuldades de superação dos desequilíbrios estruturais identificados (Quijano, 1969, 1998; Machado da Silva, 1971; Kovarick, 1975; Germani, 1975). Em uma palavra, a perspectiva dualista aparecia com duas variantes: para uma, o setor informal era aberto, apesar da maior facilidade de entrada do que de saída; para a outra, era fechado, ao menos para certas categorias de trabalhadores, fadadas a uma inserção produtiva marginal de mais longo prazo.

De outro lado, a crítica marxista insistia na contradição inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista que gera seu próprio excedente de trabalho e, ao mesmo tempo, nele se baseia, procurando contrapor-se à perspectiva dualista e ao caráter contingente que essa conferia ao “setor informal”, em uma primeira

---

<sup>6</sup> É imensa a quantidade de trabalhos que reconstróem e criticam a noção de informalidade. Apenas a título de exemplo, cfr. Machado da Silva (1971, 1996), Machado da Silva e Chinelli (1997), Cacciamali (1983), Tokman (1987), Souto de Oliveira (1989), Portes *et al* (1989), Mingione (1991), Lautier, Miras e Morice (1991), Lautier (1994, 1997).

tentativa de reunificar a análise da evolução da estrutural social. De início, essa reação se formula no quadro da “teoria da dependência”,<sup>7</sup> ainda claramente marcada pelo dualismo que visava superar. Essa variante propôs uma distinção conceitual entre trabalho excedente e exército de reserva, para explicar a formação, nos países latino-americanos, de uma “massa marginal”, categoria de trabalhadores sem função – e que, portanto, não devia ser confundida com o exército de reserva – para o centro dinâmico da acumulação.<sup>8</sup> A tese de uma “superexploração” do trabalho surgiu em seguida, constituindo-se como crítica a todas as versões da perspectiva dualista, inclusive ao modelo da “massa marginal”. Basicamente, ela reafirmava a unidade da exploração capitalista (e, portanto, da classe trabalhadora), já que, mesmo o trabalho realizado sob formas não capitalistas, na medida em que reduzia o custo de reprodução dessa força produtiva, aumentando com isso a proporção de trabalho não pago, estava subordinado ao capital e participava da lógica da acumulação (Oliveira, 1972, é o texto clássico a esse respeito).

Esta breve indicação dos aspectos mais gerais do debate sobre a informalidade não resume os vários argumentos, a maioria dos quais é conhecida e já foi muito comentada. A intenção é apenas sugerir que, apesar da irreduzibilidade das perspectivas em confronto, havia um conjunto de pressupostos compartilhados que tornava possível um intenso debate. Vale a pena considerá-los para entender melhor os conteúdos atuais da noção de informalidade e seu papel na reflexão sobre os usos sociais do trabalho. Em linhas gerais, esse acordo implícito assim se caracterizava:

---

<sup>7</sup> Como se sabe, foi ampla a discussão sobre a “dependência” latino-americana, que era uma espécie de variante enfraquecida da discussão sobre o imperialismo. Um autor típico desse debate, que cito apenas a título de ilustração, é Frank (1967, 1969).

<sup>8</sup> Cfr. o já clássico artigo de Nun, 1969, baseado em uma exegese althusseriana das *Grundrisse*; recentemente, a temática desse texto foi retomada pelo autor em Nun (2000). Veja-se também a crítica de Cardoso (1972) ao primeiro deles.

- A polêmica sobre a informalidade concentrou-se na organização do trabalho nas cidades, embora as análises e as descrições empíricas das situações classificadas como informais pudessem, em princípio, ser estendidas ao campo e às atividades agrícolas. Isso faz supor, em primeiro lugar, que as concepções básicas quanto ao sentido histórico do processo de urbanização eram compartilhadas e assentavam-se no pressuposto do papel dinâmico da indústria. E, em segundo, que essas concepções eram tais, que obscureciam as continuidades, sob determinados aspectos, entre as relações de trabalho nos centros urbanos e fora deles.
- Durante o período considerado, todas as posições no debate sobre a informalidade aceitavam que a economia, como quer que fosse conceituada, possuía sempre um centro dinâmico que funcionava como motor de sua evolução e conferia consistência ao conjunto. Nos anos 60/70, acreditava-se que esse papel era representado pelo setor secundário, de modo que a indústria – leia-se o emprego assalariado estável – era o ponto de referência implícito em todas as discussões. A maior parte dos problemas considerados dizia respeito, de um lado, às condições de possibilidade da industrialização nos diferentes países, à sua capacidade de expansão (isto é, ao seu dinamismo interno) e, de outro, às eventuais defasagens entre o processo de urbanização e o de industrialização que afetavam a capacidade de ampliação do trabalho assalariado.
- Considerava-se, portanto, a relação de assalariamento como típica da organização urbano-industrial do trabalho e de suas tendências de desenvolvimento histórico (o fundamento comum das interpretações sobre a mobilização do trabalho era o “paradigma do mercado”, na expressão de Mingione, 1991). A esse respeito, compartilhava-se a idéia de que o modelo extraído do trabalho industrial assalariado tendia a se universalizar como forma de produção de riqueza e, ao mesmo tempo, como meio de reprodução



social. Em outras palavras, pressupunha-se uma evolução no sentido da mercantilização de todas as esferas da vida econômica – o que é o mesmo que dizer que as formas não mercantis de trabalho e consumo eram vistas como remanescentes de outros períodos históricos e explicadas, segundo a perspectiva adotada, como conseqüências do “subdesenvolvimento”, da “dependência” ou do “capitalismo periférico” (a expressão “capitalismo retardatário”, que parece expressar a preferência atual, não era comum à época).

- Finalmente, um último conteúdo comum dizia respeito ao pleno emprego, se não como tendência real, ao menos como possibilidade, tendência e/ou meta. Radicalizando um pouco, talvez se possa dizer que o par formal-informal correspondia à forma aparente do jogo de claro-escuro representado pelo ideal inatingido do pleno emprego. Como vem sendo reconhecido por diversos autores, a possibilidade do pleno emprego, conjugada às dificuldades de sua realização histórica, estruturou todo o debate sobre o trabalho até os anos 70. Ela teve como principal sustentação o exemplo – real ou idealizado, não importa – das social-democracias européias. Para as questões aqui tratadas, a característica central ressaltada é a proteção do trabalho institucionalizada em bases universalistas, segundo uma modelagem que consagrava juridicamente o trabalho assalariado permanente, articulando produção de massa com alto padrão de consumo, o que garantia a expansão econômica sustentada e uma certa paz social.

A conseqüência do exposto é que a noção de informalidade constituía imenso resíduo, compreendendo as atividades produtivas que não correspondiam ao parâmetro de referência – mas que, a partir da formulação dessa categoria, podiam ser apreendidas. A propósito desse ponto, não é ocioso ressaltar que, de outra maneira, essas atividades **não seriam consideradas**, e nenhuma das adaptações conceituais mencionadas teria ocorrido. De qualquer maneira, o significado do termo dependia mais do acordo sobre o que a informalidade *não era*, do que da

unidade interna dos fenômenos aos quais a categoria se referia. Tal acordo não resultava da imaginação livre, pois baseava-se na percepção daquela época sobre a realidade das social-democracias européias, configurando uma relação especular entre essas e os países latino-americanos. A partir disso, entende-se porque o tema da informalidade restringiu-se aos problemas do “subdesenvolvimento”, do “capitalismo dependente” ou do “periférico”.

Em princípio, era necessário que a “informalidade” eventualmente existente nos países centrais fosse desconsiderada pois, caso contrário, eles não poderiam ser tomados como parâmetro. Afinal, era isso que tornava as dimensões e a importância da informalidade elementos que especificavam a organização do trabalho nas “outras” economias, nas quais o assalariamento era restrito ou precário, tanto do ponto de vista da regulação e proteção estatal das relações de trabalho, quanto no que se refere à sua participação na produção econômica.

A configuração do debate sofre uma profunda transformação ao longo dos anos 1980. O crescimento do desemprego e a crise da social-democracia, a expansão de atividades empresariais e de uma economia de mercado, já anteriores ao desmonte final da URSS, a acelerada expansão da força de trabalho no setor de serviços e sua importância cada vez maior para a acumulação (Offe, 1989a, 1989b), tanto em âmbito global, quanto nacional, tudo isso vinha provocando efervescência na controvérsia sobre os usos sociais do trabalho, que passo a resumir.

Como foi visto, a discussão envolvia o encadeamento lógico de uma série de idéias – urbanização/industrialização/assalariamento/pleno emprego – no qual cada termo especificava e problematizava o anterior, assentando-se o último sobre uma imagem da social-democracia tomada como evidência de que o pleno emprego não era uma miragem inatingível, mas uma meta viável, baseada numa tendência real (e, portanto, um parâmetro analítico confiável).

Tratava-se de uma construção coletiva que se revelou tão complexa quanto frágil, tendo sido muito afetada pelo pessimismo que marcou a experiência da crise dos anos 80. Em linhas gerais, as mudanças no enquadramento analítico e na relevância cognitiva da informalidade estão relacionadas à perda de confiança na viabilidade histórica do pleno emprego, tanto como um padrão abstrato de referência para entender as formas de uso social do trabalho, quanto como cimento ideológico da legitimidade política e como critério de planejamento. De fato, à medida que os problemas de absorção produtiva do trabalho avolumavam-se nos países centrais, esses deixavam de representar parâmetros, transformando-se, eles também, em objeto de análise da “informalidade” do trabalho. Retomando a metáfora do jogo de espelhos, a noção de informalidade não se determinaria mais como *uma* imagem invertida; trata-se, agora, de uma regressão de reflexos sobre reflexos que desfoca seu conteúdo, ao mesmo tempo em que generaliza seu uso e multiplica as tematizações particulares nas quais ela aparece.

Confrontadas com o esquema do período anterior, as mudanças no enquadramento geral do problema da informalidade armam-se agora em torno de dois aspectos interdependentes:

- Os conteúdos que conferem univocidade à lógica macroeconômica, elementos de consenso dos anos 1960/1970, tornam-se objeto de disputa. Nesse nível, o debate se polariza em torno do significado histórico da evidente perda de dinamismo do setor secundário, que provoca profundas transformações nas relações empregatícias e abre espaço para uma crescente importância do terciário, especialmente dos serviços (tanto em termos de absorção de trabalho, quanto da produção de riqueza). De um lado, está uma interpretação que enfatiza a transformação da estrutura produtiva e de toda a organização da sociedade, focalizando os conseqüentes problemas de “integração sistêmica” e sua articulação com os processos de formação da racionalidade dos

atores (Offe, 1989a,1989b). Essa mesma linha de análise está também implícita nas crescentes referências à “fragmentação social” (Mingioni, 1991).<sup>9</sup> De outro, a análise marxista mais ortodoxa entende aquelas mudanças como aprofundamento da divisão do trabalho e complexificação do processo produtivo. Nessa perspectiva, os câmbios não chegariam a afetar a lógica da acumulação capitalista e sua centralidade na estruturação da sociedade, apenas exacerbariam seus efeitos (Antunes,1995).

- Na medida em que as bases do processo produtivo estão postas em questão, ficam abalados os pressupostos que fundamentavam o entendimento da relação salarial como a típica forma organizada de produção de riqueza. Sem dúvida, isso não impede que o mercado de trabalho continue a ser visto como o principal mecanismo que articula produção e reprodução social, e que o emprego, como relação de longo prazo juridicamente regulada e socialmente protegida, permaneça sendo considerado como sua unidade básica. O desdobramento das já tradicionais discussões sobre mercados segmentados ajuda a reabsorver no antigo leito as diferenciações cada vez mais nítidas nas formas e nos conteúdos do trabalho (assim como a reforçar as idéias sobre a “fragmentação” socioeconômica). No entanto, a manutenção desse padrão de análise não tem sido suficiente para impedir que se amplie o reconhecimento da importância das relações e práticas “atípicas”, as quais, do ponto de vista analítico, deixam de ser vistas como meras “sobrevivências” ou “variações”, para readquirirem um sentido próprio, autônomo e, para alguns, atemporal (Malaguti, 2000). O assalariamento já não reina sozinho como parâmetro inquestionado, embora continue como uma referência central.

---

<sup>9</sup> A rigor, apesar do título de seu trabalho, esse autor propõe, partindo do desdobramento da análise de Polanyi, uma instigante combinação entre “fragmentação” e “polarização” que infelizmente não pode ser discutida no presente texto.

Essas observações permitem avaliar a importância das mudanças na dimensão cognitiva da noção de informalidade. Não se deve perder de vista, porém, certa reprodução da problemática de fundo, o tema da integração social. Apenas para ilustrar essa afirmativa, lembro que não é difícil estabelecer uma linha de continuidade entre essa questão na chave da “teoria da marginalidade” e na da “exclusão social”, que domina o debate contemporâneo (Véras, 1999), ou entre a discussão que se estabeleceu em torno da unidade ou fragmentação da classe trabalhadora a partir das funções do exército de reserva e o atual debate anglo-saxão sobre a formação de uma *underclass* (Wacquant, 2000). A “problemática”, na terminologia de Foulcault (Castel, 1995), é a mesma, mas as tematizações adaptam-se às diferentes conjunturas. Nesses dois exemplos, fica claro como uma percepção menos otimista pode radicalizar e transformar o entendimento de uma mesma questão (no caso, a coesão social), alterando com isso a natureza do debate.

Pode-se terminar estes comentários sobre a evolução do “quase-conceito” de informalidade em seus momentos “fortes” sugerindo que, nesta etapa, ela se especificava, quanto aos conteúdos, pela referência à periferia do capitalismo (e às vezes à “selvageria” que o caracteriza), ao subdesenvolvimento e à pobreza; e, quanto à forma, pela aceitação implícita de um parâmetro que servia de medida abstrata da integração social “típica” da qual a informalidade seria uma variação. Nos anos 1980, perde-se tanto esse fundamento quanto a discriminação de conteúdo. Forte sintoma desse novo estatuto foi a tendência, já estabelecida há algum tempo, de reter a noção de informalidade, promovendo, porém, um duplo deslocamento: da análise dos processos econômicos para a esfera política, enfatizando a (des)regulação estatal das relações de trabalho (Machado da Silva, 1990); e da compreensão de um “setor” ou “economia” informal, para “processos”, “práticas” ou “atividades” informais diferenciadas (Souto de Oliveira, 1989; Lautier, 1994, 1997). Parece-me que é nesse momento que, apesar do avanço analítico representado pelo abandono definitivo do dualismo das análises

tradicionais, a noção começa a perder força, pois, pouco a pouco, vai se tornando mero sinônimo de “flexibilização” das relações de trabalho (que, obviamente, pode ser avaliada como positiva ou mero sintoma de descontrole institucional, ponto a que voltarei ao final deste texto)<sup>10</sup> e deslocando o foco das questões tratadas, da análise das características substantivas do processo produtivo para sua regulação político-institucional.

A partir desse momento, estava perdida a convergência em torno de uma compreensão “estrutural” (ou, se preferirmos exagerar um pouco, “economicista”) dos problemas da integração social. Essa baseava-se na consideração dos conteúdos substantivos dos processos econômicos como determinantes da articulação sistêmica em um enquadramento teórico que, como deve ter ficado claro pelos comentários anteriores, contrapunha, de um lado, uma combinação entre a economia neo-clássica e o estrutural-funcionalismo e, de outro, variantes da perspectiva marxista, cujo debate interno, na época, estava polarizado em torno da aceitação ou rejeição do althusserianismo.

Como vou sugerir a seguir, a ciência social que se institucionalizava como atividade autônoma e produziu a noção de informalidade nunca deixou de ser fortemente politizada, mas baseava-se numa sociologia econômica,<sup>11</sup> que concentrava a atenção, por estar sustentada em um período de crescimento acelerado, no mundo em geral e na América Latina em particular. Posto o fulcro do problema no jargão da época, poder-se-ia dizer que a questão central era a “passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento”, na qual duas posições polares combatiam uma terceira perspectiva, gradualista e mecânica:

---

<sup>10</sup> Figura central nessas avaliações é Soto (1987), cujas propostas de intervenção, que pretendiam ser um freio às atividades do Sendero Luminoso no Peru, suscitaram intensa polêmica. Cfr, por exemplo, Bromley (1993, 1990); Lautier (1997).

<sup>11</sup> Uma outra linha de consideração, que não cabe neste artigo, diz respeito ao papel do desenvolvimento da noção de informalidade no processo de modernização institucional da prática da sociologia no Brasil. O conjunto do debate aqui parcialmente reconstruído foi central na formação do veio propriamente sociológico no interior do pensamento social brasileiro.

“reforma” ou “revolução”. Vejamos, esquematicamente, esse “outro lado” da construção da noção de informalidade.

O antecedente mais imediato do quadro de referência intelectual que deu origem à noção de informalidade pode ser encontrado na formulação do “problema do desenvolvimento” como a questão nacional por excelência da América Latina – tema obviamente muito amplo, complexo e multifacetado, que não me atrevo a tratar aqui. Para efeitos do presente texto, creio suficiente mencionar, como importante elemento do debate público que abrigou a noção de informalidade, a forte reação crítica provocada pela extensa divulgação da visão liberal do desenvolvimento econômico articulada no livro de Rostow (1961). O trabalho assumiu o caráter de proposta semi-oficial do Departamento de Estado norte-americano, devido à posição institucional do autor (note-se o ilustrativo sub-título: “um manifesto não-comunista”).

O autor apresenta, no Prefácio, as intenções da obra: “... [o problema] de correlacionar as forças econômicas com as forças políticas e sociais nas atividades das sociedades integradas (...). Especificamente, julguei insatisfatória a solução de Marx para a questão do encadeamento do comportamento econômico e não econômico (...)” (Rostow, 1961, p. 7). Pouco mais adiante, assim resume a estrutura do argumento: “é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as pré-condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa” (Rostow, 1961, p. 15). E sobre as pré-condições para o arranco: “A segunda etapa do desenvolvimento abarca sociedades em pleno processo de transição; isto é, o período em que as pré-condições para o arranco se estabelecem, pôsto que leva tempo para transformar uma sociedade tradicional de molde a poder ela explorar os frutos da ciência moderna, para afastar os rendimentos decrescentes e, assim,

desfrutar as bençãos e opções abertas pela acumulação de juros compostos” (Rostow, 1961, p. 18). Tratava-se, portanto, de um discurso que ignorava o conflito político-econômico, adotando uma perspectiva mecanicista e evolucionista – além de fortemente etnocêntrica – a respeito da superação do atraso, definido como uma barreira cultural ao uso dos modernos meios (“ciência”) de produção de riqueza.

Creio que não seria temerário afirmar que essa intervenção, na medida em que galvanizou o debate – devido mais ao peso institucional que a sustentava do que ao prestígio pessoal do autor –, que não era desprezível, mas por si só seria insuficiente – foi capaz de armar o quadro da discussão político-ideológica que se desdobrou por décadas na América Latina, uma vez que em sua origem está a reação a esse projeto de transformação socioeconômica.

Esquemáticamente, essa reação teve três pontos de partida. Para simplificar, apresento-os isoladamente mas, na prática, produziram inúmeras combinações cujos detalhes não podem ser tratados aqui. De um lado, está a posição da Igreja que, como era de se esperar, também adotava uma postura anti-comunista e enfatizava a dimensão cultural, mas insistia num trabalho ativo, intencional, de transformação de mentalidades por consentimento e adesão. Esse trabalho seria necessário, em virtude dos vastos movimentos populacionais em direção às cidades, provocados pelo processo de industrialização. Nesse sentido, a solução do problema da incorporação socioeconômica dos migrantes estaria em sua adaptação às condições de trabalho e existência nas cidades.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Os trabalhos mais conhecidos eram os produzidos pela DESAL (Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina), instituição ligada à Democracia Cristã chilena (cfr., por exemplo, DESAL, 1969; Vekemans *et al*, 1970). A inspiração mais ampla pode ser encontrada no “solidarismo cristão” desenvolvido por Lebreton (1958). No Brasil, houve forte paralelismo entre essa posição política e a discussão acadêmica imediatamente anterior ao surgimento da noção de informalidade (cfr., por exemplo, Lopes, 1960 e 1968). (Neste trabalho, não há espaço para um tratamento detalhado do quadro político-ideológico da época, de modo que, para simplificar, estou desconsiderando o influente papel desempenhado pela esquerda católica



Tratava-se de uma política de promoção social que visava a favorecer a passagem, o menos traumática possível, do mundo tradicional para o moderno, deflagrada pelo processo de industrialização.

Uma segunda posição era representada pela CEPAL (Cepal, 1970; Echevarria, 1970) e pelas propostas que gravitavam ao seu redor. Seu quadro de referência analítico também era a conhecida teoria da modernização, mas a questão passava a articular-se a partir da crítica ao desequilíbrio nos termos de troca internacional entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos, que reduzia as possibilidades de investimento local no setor moderno-industrial e, assim, dificultava a absorção produtiva dos contingentes migrantes. Esse padrão reproduziria o subdesenvolvimento, expresso como uma inserção internacional subordinada, cuja superação deveria ser buscada pela expansão autônoma do mercado interno para os produtos industriais, via substituição de importações.<sup>13</sup>

Considerava-se que essa segunda perspectiva representava uma crítica mais “profunda” – ou seja, menos comprometida com os interesses norte-americanos – do que a elaborada pela Igreja sobre as causas do atraso, na medida em que focalizava as relações econômicas e não a cultura (muito embora houvesse uma clara complementaridade entre ambas, pois o enquadramento do problema da integração sistêmica e da mudança, fundado na teoria da modernização, era o mesmo). Apesar disso, essa era uma posição avaliada, segundo as categorias da época, como “reformista”.

Contrapondo-se a ambas as propostas, desenvolveu-se um debate interno ao campo do marxismo, que opunha dois pontos de vista que disputavam a “justa linha revolucionária”, para continuar parafraseando as categorias da época. De uma forma simplificada,

---

– cujas idéias acredito que tendiam a se aproximar, no geral, das posições que, logo adiante, atribuo à “ortodoxia marxista”.)

<sup>13</sup> Importante crítica ao esgotamento do projeto elaborado pela CEPAL, abrindo espaço para a radicalização dessa perspectiva, que desemboca na “teoria da dependência”, pode ser encontrada em Tavares (1973).

creio que se poderia apresentá-las em termos da maior ou menor proximidade com as posições convencionais defendidas pelo Partido Comunista. Uma linha, digamos, mais representativa da ortodoxia (desenvolvida, diga-se de passagem, por uma nebulosa de militantes muito mais ampla do que a formada pelos quadros partidários), insistia na necessidade de uma análise das relações de classe no interior das sociedades nacionais e ancorava o projeto político na unidade fundamental da classe trabalhadora, defendendo o recurso aos mecanismos tradicionais de organização da ação coletiva.<sup>14</sup> A outra posição era mais heterodoxa, associando-se, basicamente, aos movimentos anti-colonialistas que apostavam mais no poder revolucionário das massas desenraizadas.<sup>15</sup>

Talvez seja possível perceber agora, com mais clareza, o papel desempenhado pelo debate em torno da informalidade em sua dimensão prático-política – papel que, vale ressaltar, em qualquer das acepções adotadas pelos participantes, sempre foi portador de uma inspiração crítica. Tratava-se de definir como se constituíam, **estruturalmente**, os sujeitos políticos do processo de mudança social defendido. Havia uma aceitação generalizada de que o processo de industrialização gerava uma inserção periférica de amplos contingentes demográficos na estrutura social responsável pela dinâmica histórica, discutindo-se suas consequências sobre as condições de trabalho e de existência – e, portanto, sobre as respectivas tomadas de posição política prováveis e/ou possíveis. Havia consenso no sentido de que a superação do subdesenvolvimento era uma questão de política econômica, e que essa resultava de relações de força capazes de decidir sobre o comando dos aparatos de Estado. Nessa dimensão prático-política, o debate sobre a informalidade – que era uma particularização do confronto político

---

<sup>14</sup> No mundo acadêmico, o CEBRAP era a instituição mais visível que representava esta posição. Cfr. os já mencionados textos de Cardoso (1972) e Oliveira (1972).

<sup>15</sup> O exemplo mais típico desta posição talvez seja a obra de Fanon (1965) sobre a Argélia, mas esta linha de pensamento também foi bastante difundida na América Latina.

mais amplo – tornava-se decisivo, pois definia a forma e a natureza da inserção estrutural de grandes contingentes demográficos, inserção que era vista como definidora de seu destino histórico.<sup>16</sup>

Nas seções anteriores apresentei não um resumo, mas um esquema, que teve a intenção de mostrar o que podia articular, ao mesmo tempo, o debate e a ambiguidade da noção de informalidade:

- a) tratava-se de uma discussão sobre a integração sistêmica característica do subdesenvolvimento, focalizando especificamente seus efeitos sobre a composição econômica e a capacidade política das categorias de trabalhadores mais desfavorecidos;
- b) expressava um consenso em torno do papel estruturante da produção material e de seu centro dinâmico (a indústria moderna). “Informalidade”, assim, correspondia à discussão sobre o que era considerado uma das particularidades mais importantes do capitalismo retardatário, a existência de formas “atípicas” de mobilização do trabalho.
- c) todo o debate ocorreu durante um período de ampla e generalizada expansão econômica, que vem se esgotando desde a segunda metade da década de 1970.

A partir dos anos 1980, esse quadro se transforma radicalmente, como já é por demais sabido. A retração econômica, a reestruturação produtiva e a terciarização que acompanham o processo de globalização, o enxugamento do Estado, etc., são processos que afetaram profundamente o mundo do trabalho, trazendo, para o centro da agenda pública, inclusive nos países centrais, a questão do desemprego, com isso inver-

---

<sup>16</sup> O debate sobre a informalidade foi paralelo e entrecruzou-se com a discussão sobre quem (e o que) era o “povo” – “massa” (neste caso, agrupamento disforme e inerte, vítima e expressão do populismo) ou “classe” (neste caso, categoria social definida, capaz de assumir a tarefa histórica de sua própria libertação). Esta questão sempre esteve inapelavelmente enraizada no debate sobre a natureza da inserção produtiva das camadas de trabalhadores mais desfavorecidos. (Cfr, por exemplo, a coletânea de Horowitz, 1970. Para uma interessante discussão sobre a construção social do “trabalhador” como categoria analítica, cfr. Paoli, 1982)

tendo a perspectiva de análise, que até aquele momento discutia as formas sociais de uso produtivo do trabalho.

Todos esses processos levam a uma certa “desnaturalização” dos modos instituídos de organização da produção nos países centrais, que passaram a dar-se conta de sua própria “informalidade” e a duvidar do “paradigma do mercado” (Mingione, 1991) como referência analítica – perdendo, assim, o antigo estatuto de ideais históricos que sempre tiveram para a América Latina. Em outras palavras, como termo do léxico corrente, a informalidade se universaliza, mas agora torna-se sinônimo de “flexibilização” ou “desregulação”, quando não simplesmente de “clandestinidade”.

Ainda em 1997, tive oportunidade de defender o seguinte ponto de vista:

(...) Souto de Oliveira (1989, p. 45) já chamava a atenção para a ampliação do uso e dos sentidos do termo: ‘(...) o informal afora se constituir num **campo** específico de atividades econômicas que teriam como denominador comum o fato de não se enquadrarem nos moldes da produção capitalista, passa a se configurar, também e de forma crescente, como um **aspecto** de atividades econômicas que não pertencem a esse campo (...) [grifos da autora]’. Mais recentemente, Lautier (1994) retoma e amplia caracterização semelhante, favorecendo o segundo sentido mencionado. Mesmo sem aprofundar a questão, é oportuno salientar que também acreditamos que **o debate aponta antes para uma ampliação do campo semântico da noção, do que propriamente para um deslocamento de seu significado anterior** [grifos meus] e que, como veremos adiante, há evidências que sustentam ambos os usos. Desnecessário dizer que isso configura um conjunto pouco claro, de difícil determinação empírica, que envolve todo o trabalho não assalariado – autônomos, conta-própria de todos os tipos –, as pequenas empresas familiares e os que trabalham para elas, assalariados ou não, e desborda para segmentos importantes da produção capitalista organizada sob a forma do regime salarial.” (Machado da Silva e Chinelli, 1997, p. 25).

Independentemente de ter sido adequada ou não naquele momento, não creio que a afirmativa sublinhada acima permaneça válida na atualidade. Considero que o papel mediador que o “quase-conceito” de informalidade desempenhou por décadas está decididamente esgotado, e que ele foi – ou está sendo – **substituído** por outro, o par “empregabilidade/empreendedorismo”. Este aponta,

segundo penso, para novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material. Entretanto, deve ser ressaltado que, ao contrário do investimento crítico que representou o desenvolvimento da noção de informalidade como elemento significativo da compreensão do mundo social durante sua longa vigência, o par “empregabilidade/empreendedorismo” adquire um sentido oposto, de mecanismo de convencimento ideológico (ou, se se preferir, um termo mais agressivo, de “domesticação”) que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, que pareciam em vias de eliminação durante “os trinta anos gloriosos”.

Gostaria de finalizar este trabalho com alguns comentários muito gerais sobre esse ponto, sem outra pretensão que indicar uma possível linha de trabalho.<sup>17</sup>

Já é lugar comum fazer referência à desconstrução do assalariamento, padrão de integração sistêmica de longa maturação, que teve seu ponto culminante em nosso passado recente, caracterizado pela tendência à harmonização entre produção e consumo. No que diz respeito ao trabalho, seu coração foi um modo de regulação do mercado capaz de compatibilizar os requisitos técnicos e sociais da produção, isto é, de minimizar a contradição entre exploração do trabalho e ampliação dos direitos de cidadania, organizando e canalizando o conflito social. É claro que a implantação desse modo de integração jamais foi completa e passou por inúmeras variantes nacionais. Entretanto, seu sucesso pode ser medido pelo fato de, apesar disso, ter-se tornado, como venho repetindo, um ideal e uma referência cultural praticamente universais,

---

<sup>17</sup> Ressalto, ademais, que não tenho a menor pretensão de originalidade, pois um caminho rico e criativo para esse tipo de análise já está aberto com a excelente contribuição de Boltanski e seus associados (Boltanski e Thévenot, 1991; Boltanski e Chiapello, 1999). Exemplo de trabalho brasileiro que explora essa linha de reflexão pode ser encontrado em Grun (1999).

além de uma força objetiva em expansão, capaz de destruir ou transformar profundamente outras formas de organização social do trabalho. Assim, tanto objetiva quanto subjetivamente, nossa percepção foi moldada pela experiência da homogeneização da estrutura social e da universalização de uma cultura do trabalho baseada na fórmula “trabalho livre, mas protegido”. Esse parece ter sido o milagre do assalariamento: conferir univocidade e objetividade às hierarquias sociais, gerando afinidades entre inserção produtiva, chances de consumo e estilos de vida e transformando o paradoxo representado pela ligação entre liberdade e proteção numa conquista societal, mais que de grupos específicos.

A produção social do assalariamento deu forma concreta aos princípios de solidariedade que organizavam a conduta, canalizando e limitando os interesses individuais e estruturando a formação da ação coletiva e o conflito social. Contra esse pano de fundo, a compra e venda de força de trabalho, no mercado, pode humanizar-se, articulando uma ética do produtor que invertia simbolicamente a subordinação dos vendedores, elevando o trabalho (livre mas protegido) à condição de dever moral e fonte de segurança ontológica e material.

Entretanto, essa combinação virtuosa entre um desenvolvimento técnico (natural, espontâneo), cujo requisito foi a crescente proteção do consumo (intencional, consciente), gerando, ao mesmo tempo, a expansão da acumulação e uma auto-imagem positiva da população trabalhadora, parece estar se volatilizando com o processo de globalização e com as transformações no regime de produção que a acompanham. Esvaziada de sua sustentação objetiva, a cultura do trabalho que conhecemos tem cada vez menos condições de se reproduzir como um sistema coerente e significativo de orientações de valor, capaz de organizar as identidades e os conflitos de parcelas cada vez maiores da população de nossos países – embora, sem dúvida, muitos de seus elementos permaneçam presentes.

Tudo isso tem provocado a necessidade de um esforço coletivo de desenvolvimento de uma compreensão renovada de todo o conjunto da vida social, que tem se mostrado extremamente difícil. Mas também tem implicado uma urgente tarefa de criação de uma nova ideologia econômica, capaz de continuar justificando a exploração da força de trabalho, ou seja, de garantir a permanência da adesão e do consentimento ativo dos trabalhadores aos novos modos de organização do trabalho, cujas principais características são a sua extrema (pelo menos quando comparada à situação anterior) individualização e subjetivação.

Quando tais questões são analisadas, elas costumam ser interpretadas como geradoras de um vazio de sentido, moral e cognitivo, que acompanharia a insegurança e a vulnerabilidade associadas a um mercado cada vez menos regulado e padronizado (Castel, 1995; Sennett, 1999; Dubet, 1998). Não resta dúvida de que há farta evidência tornando plausível essa conclusão, mas eu gostaria de sugerir que elas param no meio do problema: é difícil imaginar a perda de vigência de um complexo de sentidos socialmente construídos, sem pensar no que é posto em seu lugar.

Olhando nessa direção, se a desestabilização do momento virtuoso da cultura do trabalho assalariado é lamentável, há perigos ainda maiores. Um deles eu gostaria de mencionar apenas de passagem, mas com ênfase: o caráter estruturante de um novo quadro de vida (portanto, uma ruptura profunda com as referências conhecidas) que podem ter certas práticas que, vistas do ângulo da organização social ainda dominante, são claramente disruptivas. Penso, aqui, na expansão da criminalidade violenta: é puro simplismo acreditar que o que vem acontecendo com o crime comum não passa de “organização do desvio”, imagem invertida da ordem social que conhecemos.

Menos notável, mas igualmente decisiva, é outra tendência de mudança, que vem sendo produzida por continuidade, ou seja, como lento desdobramento das estruturas em transformação. Penso, aqui, no mencionado par empregabilidade/empreendedorismo, termos que vêm

se tornando quase ubíquos no discurso dos protagonistas da cena contemporânea – desde tecnocratas e educadores, políticos e líderes sindiciais de todos os matizes e variada importância, até a diuturna difusão pela mídia – e que têm servido, ao mesmo tempo, como explicação e justificativa das novas condições de trabalho.

Em sua dimensão instrumental, os termos indicam os requisitos funcionais da demanda atual de trabalho. Nessa linha, representam o elenco de atributos subjetivos – disposições pessoais, competências, etc. – que as empresas esperam dos trabalhadores (ou de outras empresas) e, simplificando um pouco, correspondem às necessidades da produção “flexibilizada”. A imensa polêmica que cerca as questões ligadas à caracterização e à geração desses atributos diz respeito ao fato de que eles não são convencionais. Na medida em que tais qualidades dependem de um esforço social adicional para serem produzidas, discute-se quais os melhores caminhos para que os trabalhadores se adaptem às “novas condições do mercado”.

Nessa dimensão instrumental-adaptativa, “empregabilidade/empreendedorismo” corresponde à perspectiva das empresas, ainda que, como seria de se esperar, a estrutura do mercado de trabalho seja apresentada por elas como se fosse um dado de fato. Em princípio, dependendo das relações de força, os trabalhadores poderiam opor-se às exigências (e, de fato, boa parte do conflito social em todo o mundo parece ter este fundamento) ou conformar-se com elas. Mas deve restar pouca dúvida de que a polêmica sobre a empregabilidade/empreendedorismo não diz respeito apenas à aquisição de novas competências técnicas, melhor adaptadas à atual organização da produção. Ela contém uma dimensão simbólico-ideológica de adesão/convencimento (que permanece implícita em sua maior parte, pouco afetando o conflito aberto e consciente) que interfere sobre a autoimagem e a visão de mundo dos trabalhadores.

De fato, creio que há claros indícios de que a empregabilidade/empreendedorismo vem se transformando no coração de uma cultura



do trabalho em gestação, muito distinta da que correspondeu à história da construção do assalariamento. Como é sabido, o ideal de mobilidade técnica, representado pela proposta de substituir a especialização por uma polivalência que torne o trabalhador apto ao desempenho de ocupações com conteúdos diferenciados, caminha junto com a defesa da competitividade, da autonomia profissional e da independência pessoal. Resumindo e simplificando, projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si mesmo.

Por enquanto, essa representação do trabalho ainda assusta e repele, mas parece que a adesão a ela tende a se ampliar, inclusive porque as condições do trabalho assalariado convencional se deterioram a olhos vistos. Isso pode vir a compatibilizar as mudanças objetivas com as disposições subjetivas, reduzindo, assim, a parte de nossas angústias proveniente do decompasso entre esses dois planos – e, portanto, tem um certo apelo que vai além da mera estratégia adaptativa. Por um lado, como diz o ditado, “é aí que mora o perigo”. Uma cultura do trabalho organizada em torno do par empregabilidade/empreendedorismo fere de morte os valores de solidariedade social tão dificilmente institucionalizados sob a fórmula “trabalho livre mas protegido” e torna-se o centro do processo de legitimação ideológica da fragmentação social que, nesta hipótese, se tornaria irreversível. Enquanto esse risco não for afastado, os aspectos positivos das mudanças culturais em curso precisam, no mínimo, ser considerados com muito cuidado.

(Recebido para publicação em agosto de 2002)

(Aceito em setembro/2002)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.
- BARBOSA FILHO, Rubem. **Populismo: uma revisão teórica**. 1980. mimeo Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. **De la justification – les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
- BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, Eve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
- BROMLEY, Ray. A new path to development? The significance and impact of Hernando de Soto's ideas on underdevelopment, production and reproduction. **Economic Geography**, [S.l.], n. 66, p. 328-348.
- BROMLEY, Ray. Informality, de Soto style: from concept to policy. In: RAKOWSKI, Cathy A. (Org.) **Contrapunto: the informal sector debate: issues**. In: RESEARCH and policy. Albany: Suny Press, 1993.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas (USP), 1983. Série ensaios econômicos, n. 26.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. In: O MODELO político brasileiro. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- CASTEL, Robert. **Les metamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina/UNESCO. As mudanças estruturais do emprego no desenvolvimento econômico da América Latina. In: SÁ JR., Francisco (Org.) **Subemprego, problema estrutural**. Petrópolis: 1970. p. 11-109.
- DESAL. Desarrollo Social de Latino America. **Marginalidad en America Latina**. Barcelona: Editorial Herder, 1969.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. **Contemporaneidade e Educação**, [s.l.], v. 3, n. 3, mar., p.27-33. 1998.
- ECHEVARRIA, Jose Medina. O subemprego nas regiões urbanas. In: SÁ JR., Francisco (Org.) **Subemprego, problema estrutural**. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 110-150.
- FANON, Frantz. **The wretched of the earth**. Londres: MCGibbon and Kee, 1965.
- FRANK, Andrew Gunder. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**. Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press, 1967.
- FRANK, Andrew Gunder. **Latin America: underdevelopment or revolution**. Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press, 1969.
- GERMANI, Gino. **El concepto de marginalidad**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1973.

- GRUN, Roberto. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, out., 1999.
- HOROWITZ, Irving Louis (Org.) **Masses in Latin America**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1970.
- KOVARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LAUTIER, Bruno. Les travailleurs n'ont pas la forme – informalité des relations de travail et citoyenneté em Amérique Latine. In: LAUTIER, B; MIRAS, C; MORICE, A. (Orgs.) **L'Etat et l'informel**. Paris: Editions l'Harmattan, 1991.
- LAUTIER, Bruno. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. **Contemporaneidade e Educação**, [s.l.], v. 2, n. 1, maio, p. 58-92, 1997.
- LAUTIER, Bruno. **L'économie informelle dans le Tiers Monde**. Paris: Editions La Découverte, 1994.
- LEBRET, L. J. **Suicídio ou sobrevivência do ocidente**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1958.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: HUTCHINSON, Bertram (Org.) **Mobilidade e trabalho – um estudo na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: USP/Companhia Editora Nacional, 1968.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. Rio de Janeiro: 1971. mimeo. Dissertação (Mestrado) - Museu Nacional/UFRJ.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Vida e morte da teoria da marginalidade. In: KONDER, L.; CERQUEIRA FILHO, G.; FIGUEIREDO, E. L. (Orgs.) **Por que Marx?**. Rio de Janeiro, Graal: 1983. p. 217-232.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A (des)organização do trabalho no Brasil urbano. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p. 2-5, jul./dez. de 1990.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Desdobramentos do campo temático dos movimentos sociais. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.145, p. 39-51, maio/jun., 1993.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Informalização. Mas o que se quer dizer com isso? **Monitor Público**. [s.l.], v. 3, n. 11, p. 11-18, out./dez., 1996.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; CHINELLI, Filippina. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil contemporâneo. **Contemporaneidade e Educação**. [s.l.], v. 2, n. 1, p. 24-45, maio, 1997.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal. A imaterialidade do salariado**. São Paulo: Co-edição Boitempo/EDUFES, 2000.
- MINGIONE, Enzo. **Fragmented societies**. Oxford/Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

- MIRAS, Claude de. L'informel: un mode d'emploi. In: LAUTIER, Bruno; MIRAS, Claude de; MORICE, Alain (Orgs.) **L'État et l'informel**. Paris: Editions l'Harmattan, 1991.
- NUN, Jose. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**. [s.l.], v. 5, n. 2, jul., 1969.
- NUN, Jose. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.56, 2000.
- OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989a.
- OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b. 2 v.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Employment, income and inequality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Genebra, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira. Crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 2, out., 1972.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.) **Cultura e identidade operária – aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1982.
- PEATTIE, Lisa. An idea in good currency and how it grew: the Informal Sector. **World Development**, [s.l.], v. 15, n. 7, p. 851-860, 1987.
- PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (Orgs.) **The informal economy. Studies in advanced and less developed countries**. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1989.
- QUIJANO, Aníbal. **Notas sobre el concepto de marginalidad social**. Santiago: CEPAL, 1966.
- QUIJANO, Aníbal. Marginalidad e informalidad en debate. In: LA ECONOMIA Popular y sus Caminos en America Latina. Lima: Mosca Azul, 1998.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.
- SOTO, Hernando de. **Economia subterrânea – uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.
- SOUTO DE OLIVEIRA, Jane. **O espaço econômico das pequenas unidades produtivas. Uma tentativa de delimitação**. Rio de Janeiro: Coordenação dos Censos Econômicos – IBGE, 1989.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro – ensayos sobre a economia brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- TOKMAN, Victor. El sector informal: quince años después. **El Trimestre Económico**. [s.l.], n. 215, jul./set., 1987.

VEKEMANS, Roger; GIUSTI, Jorge; SILVA, Ismael. **Marginalidad, promoción popular e integración latinoamericana**. Buenos Ayres: Troquel, 1970.

VÉRAS, Maura P. B. (Org.) **Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999.

WACQUANT, Lóic. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan/Observatório IPPUR/Fase, 2001.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.